



Guilherme Figueiredo*

HDES – Janela(s) de Oportunidade V

Também não ajuda nada neste processo de modernização organizativa e gestonária do SRS trabalhar em edifícios com múltiplos e graves problemas estruturais a precisarem de permanentes obras de reabilitação, ignoradas ou adiadas a maior parte das vezes.

No que diz respeito à ilha de S. Miguel somos a favor de um redesenho profundo do seu Parque de Saúde para o horizonte 2030, que se quer de “Desenvolvimento Sustentável”, e da tomada de decisões bem pensadas e discutidas no seio da Comunidade e das suas mais representativas entidades de opinião e aconselhamento económico e social.

Impõe-se, muito rapidamente, assegurar a retoma da total e completa atividade do HDES e abandonar a ideia peregrina de uma remodelação e modernização totais do e sobre o edifício atual. O argumento de “**ficar 40% mais barato**” é absolutamente inconsistente e falacioso porque não assenta em nenhum caderno técnico já elaborado, devidamente ponderado e comparativo, sobre o que se quer fazer com a atual estrutura e do que se pretenderia fazer com uma unidade totalmente nova.

Impõe-se discutirmos publicamente a ideia-projeto de construção de **uma nova Unidade Hospitalar**, tecnológica e estruturalmente avançada, com garantias de absoluta e atualíssima segurança antissísmica, arquitetonicamente pensada para circuitos internos e funcionais que preservem os seus sectores mais críticos em casos de catástrofes e/ou novas pandemias. Tecnologicamente evoluído (provavelmente com metade das camadas do atual), de modo a responder às mais exigentes respostas de cuidados assistenciais, sobretudo da Doença Aguda e de Procedimentos de Intervenção, cirúrgicos e não cirúrgicos. ‘Interface’ fundamental com a componente prática do ensino das Ciências da Saúde e um importante ‘locus’ de investigação clínica, genética e epidemiológica, em estreita relação com a Universidade e as Empresas.

Aproveitar a atual estrutura-HDES, reabilitando-a e adaptando-a para: 1) uma **Unidade de Saúde destinada aos Cuidados Continuados e Paliativos**, na perspetiva de um forte impulso e reforço muito significativo da Rede Regional deste tipo de cuidados; 2) uma **Unidade Central-Regional de Reabilitação e Internamento** de grandes incapacitados, agudos e crónicos; 3) uma **Unidade de Ambulatório**, para o desenvolvimento de atividades multidisciplinares no seguimento de **Doenças Crónicas com múltiplas morbilidades** – uma absoluta e premente

necessidade com o crescente envelhecimento populacional – tirando partido, portanto, de grande parte dos recursos humanos e infraestruturais já existentes; e o que mais se entendesse conveniente contemplar como necessário e útil. Ficam estas sugestões que me parecem ser credíveis e merecedoras de ponderação e discussão mais aprofundada.

Impõe-se substituir CS da ilha com novas construções de raiz, e reabilitar os restantes, pensados para a atividade assistencial no **Modelo das USF-B** (sem a vertente de internamento), de modo a garantir as condições de autonomia organizativa e funcional à constituição de equipas multidisciplinares fortemente comprometidas e dedicadas à prevenção e tratamento dos mais prevalentes problemas de saúde das comunidades locais. Ganha particular importância e prioridade neste plano, pela dimensão populacional coberta, a construção de uma nova US na Ribeira Grande.

Muitas destas intenções constam do Plano Regional de Saúde (PRS) 2030, que, embora desenhado para 4 anos, não apresenta cronograma ou dotação de verbas a atribuir a cada uma das iniciativas.

Finalmente, e no meio de tudo isto fica uma componente importante da prestação de serviços aos CSP, e em indireta medida aos Hospitais – a Medicina Convencionada –, sobretudo nas áreas do diagnóstico laboratorial e de imagem, da fisioterapia, do internamento dos doentes psiquiátricos, do acompanhamento clínico dos doentes ligados às várias formas de Toxicodependência, prestada sob a forma de Convenções com o sector Privado e Social, conceptualmente previstas como “necessidades supletivas conjunturais” mas que se tornaram ao longo dos anos como “necessidades estruturais imprescindíveis”. Haveria muito a dizer sobre esta componente de prestação de serviços ao SRS, propositadamente ignorada e escamoteada dos Planos dos diferentes níveis de cuidados, nomeadamente dos CSP, onde a falta de diálogo e concertação é gritante, com evidentes e bilaterais prejuízos e ineficiências, embora assumida uma fatia cada vez mais importante da externalização de serviços e recursos financeiros do SRS.

*Ex-Diretor de Serviço de Reumatologia do HDES;
Dir. Executivo da CAL-Clinica

Termas das Caldeiras abre com novas valências a partir de 20 de Julho

O edifício das Termas das Caldeiras vai abrir a partir de 20 de Julho, após obras de remodelação levadas a cabo pela concessionária.

O anúncio foi feito por Alexandre Gaudêncio, presidente da autarquia, durante uma visita à conclusão dos trabalhos naquele espaço.

“A Ribeira Grande tem inúmeras potencialidades, com especial destaque para o termalismo. Conseguimos dar vida a um espaço que esteve fechado durante cerca de 30 anos e que provou ser uma mais-valia para todos”, referiu o autarca.

Recorde-se que a Câmara Municipal, proprietária do imóvel, recuperou aquele espaço e o vencedor da concessão reabriu-o em 2017. Em 2023 a autarquia abriu um novo concurso para concessão tendo a empresa Verde



Similar vencido o mesmo.

“Após a adjudicação da concessão, a concessionária procedeu a obras de recuperação do espaço, dotando-o de melhores condições e aumentando o leque de serviços. Esperamos que tenha muito sucesso e que continue a

ser uma mais-valia para o concelho”, disse Gaudêncio.

Um “baby spa”, tratamento capilar e sete espaços individuais para tratamentos com água termal, são algumas das novidades que estarão disponíveis, bem como a melhoria de condições do tanque exterior.

A certificação das águas e o uso para fins medicinais são objectivos que se pretendem nesta nova concessão e que deverão estar concluídos nos próximos 2 anos.

As termas das Caldeiras são também conhecidos por banhos da Coroa e começaram a ser utilizadas no século XVII para cura de moléstias, registando-se uma crescente procura no século seguinte em virtude das propriedades curativas das águas vulcânicas.

O imóvel é datado de 1811.

Bolieiro e Luís Montenegro acertam realização de cimeira intergovernamental

O Presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, reuniu-se, em Lisboa, com o Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, tendo ficado acertada a realização de uma cimeira, a realizar até final do ano, entre o Governo Regional e o Governo da República.

O encontro entre os dois governantes decorreu no Palacete de São Bento, residência oficial do Primeiro-Ministro.

Em aberto ficou a possibilidade de o Primeiro-Ministro deslocar-se aos Açores antes da cimeira intergovernamental, reforçando o contacto directo com José Manuel Bolieiro a propósito de vários assuntos de interesse para a Região e o País.